ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 36/2025

(Plenária Presencial)

Aos vinte nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e o vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**;

Francyne da Rosa, **CEMME**;

Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**;

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**;

Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**;

Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**;

Natália Laurindo, **AHMI**;

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança;**

Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**;

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**;

Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**;

Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**;

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**;

Mariana Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.**

FALTAS JUSTIFICADAS:

Rotechild Prestes, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**;

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF;**

DEMAIS PRESENTES:

Airton Ferronato, **Secretário Adjunto da SMIDH**;

Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID**;

Márcia Gil, **Conselho Tutelar**;

Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia;**

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Boa tarde. Começando mais uma plenária, então. Então, hoje, nós não temos muitas questões executivas, mas só para trazer para vocês que nós estamos com os 35 anos do ECA, que vai ser na primeira terça-feira, dia 4, lá no prédio 9 da PUC. Nós já estamos encerrando as questões preparativas. A comissão está trabalhando bem, graças a Deus. E também, nós já começamos hoje nas comissões a analisar o projeto que foi trazido pela SMIDH. Depois a gente traz mais um pouquinho sobre. Também, na próxima terça-feira, às 9:30, nós teremos uma reunião com a SMAS sobre o recurso que foi aportado para a assistência. Eu já falei com o Gustavo para que ele possa estar lá, e talvez o secretário também. Depois tem um despacho do Alexandre, que é do financeiro da SMAS, falando sobre a descentralização. Eles mandaram para mim, mas não compete ao CMDCA, acho que é mais fundo. Para depois, se puder dar uma olhada, Gustavo, no processo, tá? Porque é para ver como faz a descentralização do fundo para a SMAS. Não sei como é. O que acontece? Nós fizemos um aporte de 12 milhões para a SMAS. Esse valor foi dividido em algumas parcelas e agora já foi 3 milhões e agora vai 6. O que eu entendi do

despacho da descentralização é que o FUNCRIANÇA, o conselho, tem que fazer um tipo de projeto técnico para fazer a descentralização. Isso a Jennifer já fez na outra vez. E por isso que eu acho que seria interessante tanto a tua presença quanto a dela para poder destravar, porque essa parte técnica é o que a Sônia trouxe na semana passada, que falou para o secretário que tinha que ser feita essa reunião mais interna. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Já falei com a Sônia. Eu tinha marcado uma reunião, conforme decidimos aqui. Marquei uma reunião lá com o Mateus, nosso secretário. Essa reunião seria para terça-feira, ontem. E na segunda de tarde, eu recebi uma mensagem do Mateus, secretário, dizendo que o Alexandre estaria com um problema com o menino dele. Então, ele pediu para cancelar, nós cancelamos a reunião. Tu tinhas me falado dessa ida com ele amanhã, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ele também cancelou conosco. Essa semana toda ele está fora. Ele só retorna na próxima terça. Aí ficou terça, às 9:30 da manhã. Só acho que seria interessante chamar para essa reunião o Secretário Mateus porque, a princípio, não estaria ele. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Nessa de terça vai estar o Alexandre e a diretora de parcerias, a Viviane. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Aí eu acho que seria interessante marcar para ele e, como eu digo, penso de ser uma reunião de governo e propositiva. Senta ali, resolve e já sai com o calendário para ser feito as coisas. Eu acho que como o senhor vai estar, o senhor poderia combinar com ele. Que daí é de secretaria para secretaria. **Airton Ferronato, Secretário Adjunto da SMIDH:** Tá bom, então. Eu vou falar com ele. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, tá. Outra coisa. Hoje também nós temos a presença da Conselheira Márcia. E a Márcia trouxe uma pauta para nós. Por favor, Márcia.

- PAUTA CONSELHO TUTELAR:

Márcia Gil, Conselheira Tutelar: Boa tarde, então. Eu me chamo Márcia Gil, sou conselheira tutelar. Então, vou estar com vocês uma vez por mês. E eu pedi para vir hoje, mesmo já tendo vindo uma vez ao mês, mas para honrar essa questão da última quarta do mês, mas também porque essa situação que eu trago hoje é uma situação que está muito latente na cidade. Ocorreu uma audiência pública ontem, que me chamou muita atenção do CMDCA não estar presente. Até depois vou perguntar se vocês não foram convidados. **Carolina**

Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Não. **Márcia Gil, Conselheira Tutelar:** Estavam MP, Defensoria Pública, ATEMPA, as comunidades da Micro 3 e 4, Conselho Municipal de Educação, Conselho Tutelar, Ministério Público da Educação, Defensoria Pública, vereadores e a ATEMPA. Se trouxe alguns elementos que entendo importantes para que esse CMDCA analise e se posicione. Inicialmente, as escolas municipais foram construídas nos territórios mais distantes e vulneráveis em Porto Alegre, muitas vezes sendo o único equipamento público do local. Quem é mais antigo aqui sabe disso, dessa história. Outro considerando, que ainda em 2025, o ensino fundamental aqui em Porto Alegre tem muitos territórios, inclusive a Micro 8, que é a minha, que nós não conseguimos vagas escolares para os alunos. Isso a Carol sabe, que em anos atrás, a gente, nesses anos últimos, aqui na 8, para o segundo e terceiro ano, a gente ainda não conseguia. Tive que entrar na justiça esse ano para uma menina de 2º ano. Considerando que em 2016, quem está há mais tempo lembra, o estado municipalizou o JA e o JB, e o município não estava preparado, mesmo tendo o tempo aquele. E que a medida, ela aconteceu de uma forma abrupta e a gente fechou, o que que aconteceu? A gente fechou os berçários e abriu o JA e JB, sendo que daí no estado se fechou os espaços de JA e JB, que estão fechados até hoje. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que tem que só dizer que é JA e JB. **Márcia Gil, Conselheira Tutelar:** Que é o jardim A e o jardim B, que é a educação infantil, né? 4 e 5 anos. Que essa medida atual, ela foi apresentada diretamente às escolas, às direções de escola, deixando as famílias em pânico. Que a narrativa que está sendo apresentada, é parcial, que a LDB diz que o ensino fundamental, que a narrativa que está apresentada é que isso vem do governo federal e tem que ser cumprido. Então, agora que eu vou, vocês vão me permitir que eu leia o discurso do CME sobre a questão do ensino fundamental, da colaboração, da corresponsabilidade, e explique direitinho para que não fique essa narrativa que é o governo federal que manda no governo estadual, que tem que ser cumprido aqui, tá? Então, eu vou, esse aqui, ó, foi a fala da Júlia ontem, então eu só vou ler aqui. Então, quando ela diz assim: "Relembramos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, estabelece no seu artigo 8º que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus respectivos sistemas de ensino." E reforço que nos artigos 10 e 11, que compete aos estados e municípios definir, conjuntamente, formas de cooperação na oferta do ensino fundamental, assegurando a distribuição proporcional de

responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis, e integrar sistemas às políticas e planos educacionais da União. Essa diretriz traduz o princípio da corresponsabilidade entre os entes federados, que devem garantir a continuidade e a articulação do ensino como parte de um mesmo sistema educacional. A resolução do CME POA, número 25 de 2022, consolida essa visão ao estabelecer as diretrizes para as transições entre as etapas da educação básica. A educação básica são as etapas são: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Artigo 2º, ela afirma, cito: "A educação básica, cujos fundamentos são a organicidade, sequenciamento e articulação, é constituída: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio." Como sistema articulado e integrado, tem por finalidade desenvolver os educandos, assegurar-lhes a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e estudos posteriores. Esse trecho expressa o que está em jogo quando falamos em migração de turmas do 6º ano da rede municipal para a rede estadual: a necessidade de superar a fragmentação e preservar a continuidade da experiência educativa. Isso significa que decisões sobre a reorganização de turmas, anos ou etapas devem ser tratadas como decisões pedagógicas, tendo sempre como foco a criança, o estudante, o sujeito em formação. As diretrizes curriculares nacionais da educação básica, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação no parecer CNE/CEB número 7 de 2010, reforça esse mesmo princípio ao afirmar que esse momento é de construir a identidade, transformação corporal, afetiva, cognitiva e sociocultural, respeitando e valorizando as diferenças. O Conselho Municipal de Educação reafirma, portanto, que é direito à continuidade educativa e responsabilidade compartilhada, todo o tempo é compartilhada, entre os sistemas de ensino estadual e municipal. No âmbito local, cabe ao município garantir que o estudante tenha acesso sem interrupção à etapa seguinte. No âmbito estadual, cabe ao estado assegurar que, ao receber os estudantes egressos da rede municipal, o vínculo, a trajetória e o desenvolvimento integral sejam preservados, que daí vai entrar outra questão que a gente vai botar depois, das necessidades especiais. O desafio que se impõe é articular o planejamento administrativo, as responsabilidades pedagógicas. Observa-se, entretanto, que a principal preocupação manifestada pelas comunidades escolares refere-se à ausência de condições que assegurem a continuidade do processo educativo durante a transição entre as redes, considerando as diferenças estruturais entre os sistemas municipal e estadual. Torna-se pertinente questionar: as escolas estaduais dispõem de condições de receber e acompanhar esses estudantes de forma adequada, preservando sua

trajetória de aprendizagem e desenvolvimento? Portanto, torna-se inegociável um pacto de responsabilidade entre entes federados para que a educação básica seja, de fato, um sistema articulado, contínuo e coerente, que assegure a cada estudante o pleno exercício de seu direito à aprendizagem e à cidadania. Esse é o sentido do regime de colaboração na LDB. Daí eles botaram uma conclusão aqui, "tá tá tá". Então, esse eu só queria ler essa questão, que essa narrativa que trazem, que é obrigada, não é. Eu não quero dizer que é mentirosa, porque essa palavra, ela não procede, tá? Então, daí, passo, passo a questão, e vamos continuar. Que daí, na concepção do CT e de mais, ainda considerando, e do sistema de garantia de direitos que estavam na audiência, existem várias violações de direito no que está se dando nessa questão que se coloca, tá? Rompimento de vínculos comunitários e escolares, a privação do convívio escolar numa idade muito perigosa. A doutora Paula trouxe que ela trabalha com, ela tá na privação de liberdade, né? Nas medidas socioeducativas. E ela coloca que a maioria dos sujeitos, adolescentes que cumprem medidas, eles param nessa, nesse nível de escolaridade. Eles saem da escola ali no 5º, 6º ano. E a gente que é professor, a quem é professora aqui sabe muito bem que a evasão e a infrequência ela é ali nessa idade que eles começam, e quem é pai e mãe sabe, né? Que a fichinha vira ali. Que é a adolescência. A distância, a ATEMPA daí mapeou, e depois eu vou, eu vou entregar aqui. A distância entre as escolas, nesses territórios que a gente sabe que cada um aqui vem de comunidade, de território, e mesmo quem não venha, conhece, os territórios ocultos dentro das próprias comunidades que, às vezes, tu é impedido de atravessar de uma rua para outra, nessa travessia, ou tu vai ser cooptado, ou tu vai ser impedido, "ou ou ou". As mães, a grande maioria mães solos, muitas estavam lá ontem e a gente se arrepiava de ouvir aquelas mulheres dizendo, muitas mães de crianças com outras questões, algumas com quatro filhos da mesma escola que vão ter seus filhos separados? É a grande pergunta, que é a outra grande violação que traz no ECA e traz na LDB. Vão ter seus filhos separados e escolas diferentes? Então, assim, a distância aqui, por exemplo, do Piaget, a ATEMPA fez algumas, fez o, como é? Georreferenciamento, né? Devo, eu vou entregar para, para vocês, para a Carol. Então, assim, da Bento Gonçalves é 1 km, 14 minutos de distância, da EMF, de cada uma, né? Como é que fica a distância? Da Santa Rosa é 1,5 km, da 20 de Setembro é 1, enfim. Daí eu vou entregar para vocês de cada uma. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eles fizeram um levantamento de todas as escolas de distância de um para outro, é isso? **Márcia Gil, Conselheira Tutelar:** Fizeram das municipais, do 6º ano,

tá? Daí eu vou ler depois quais são as do 6º ano e quais são as do 1º ano. Da do 1º ano eu não tenho assim, eu não consegui elementos, mas do 6º ano eu tenho a distância e tem quem são e quantos alunos. E quantos com necessidades especiais. O conselho entende que as crianças que vão ficar, então, tem toda essa questão dos vínculos, rompidos escolares, comunitários, tem as questões pedagógicas que é um rompimento e vínculo não se cria do dia para o outro, não se rompe, não é um pacotinho que tu tira daqui e põe na outra, e daí, ainda mais tu tá num processo, não foi tu que quis sair. Quem de vocês aqui, pai e mãe, tá? Vamos agora voltar para a nossa vida? Que ontem as mães nos fizeram esse exercício lá e eu fiquei chocada. "Ah, agora tu vai tirar a tua filha," tu acho que não é mãe, que é muito novinha, "vai tirar a tua filha, o teu filho da escola, porque não tem mais 6º ano. Vai botar lá." Tu também, tu também, vocês todos, nós todos aqui vamos tirar os nossos filhos, os nossos guardados, tá? Não é assim, a vida não é assim. Não é, é um direito. E é só para pobre que se faz isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E há 2 meses do final do ano. **Márcia Gil, Conselheira Tutelar:** Não, e assim, sem isso, sem conversa alguma. Tá? É, desrespeito é a palavra mínima. A distância, então, tem uma piada aqui, as mães solos, bom, nem se fala. Isso vai acirrar a infrequência escolar que hoje vocês nem imaginam, tá? É terrível, a questão das crianças com necessidades especiais, tá? É uma porta, hoje é uma porta, as escolas municipais têm condições ainda de dar uma retaguarda. As escolas estaduais, gente, é uma porta giratória. Tu consegue a vaga, no dia seguinte está o pai e a mãe no conselho tutelar, dizendo que estão chamando depois de 1 hora para buscar o filho, porque não sei o que, porque não sei o que, porque não sei o que, não ficam com os filhos na escola. É culpa do professor? Não, é culpa da escola? Não, a secretaria não dá respaldo nenhum para as escolas, sabe? Como foi pensada a questão das pessoas com deficiência? E por aí vai, depois eu vou deixar para a gente discutir. São 12 escolas do município, 804 estudantes, 80 de educação especial, com 252 irmãos, tá? Isso no município. Foi pensado o trabalho infantil, a violência sexual, a cooptação de facções, o impedimento pelas facções? O trabalho em rede, que já está tudo organizado, né? É isso, eu acho, só vou ler as escolas, tá? Que daí vocês se localizam nos territórios de vocês. As escolas municipais, então, que fechariam, porque a gente está lutando para que não fechem, são o Judice, fecharia o 6º ano. É claro que isso é o início do fechamento do 7º, 8º e 9º, né? Já se sabe. É o Antônio Judice, Mariano Beck, João Goulart, Judith, Jean Piaget, João Saath, Lauro Rodrigues, Aramis Silva, Gabriel Obino, Nossa Senhora de Fátima, América,

Martinho Aranha. Essas são as municipais. As estaduais que fechariam o 1º ano: José Garibaldi, Antão de Faria, General Iba Moreira, Araújo Porto Alegre, Araújo Viana, Ministro Potti Medeiros, Bento Gonçalves, 20 de Setembro, América. Osório Duque Estrada, Rafael Pinto Bandeira. É Bapendi, Leão de Moura e Coelho Neto. Então, eu abro para vocês a discussão e o que eu puder ajudar. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu queria iniciar a posse sobre essa pauta. Até porque é uma pauta que eu vivencio, porque minha filha tem 8 anos e estuda no Aramis Silva, né? Eu sou psicóloga e dentro na época das enchentes, eu fui voluntária lá, com o pessoal que a comunidade acolheu, o conselho escolar acolheu a comunidade de Guaíba, ajudou, né? Acolheu o pessoal lá. E depois disso acabei ajudando muito com o colégio lá, principalmente com as crianças neurodivergentes, né? Com autismo e tudo mais, para quando começou a servir, quando começou a vir o pessoal da monitoria e tudo mais, o diretor pediu ajuda, porque eu trabalhei muitos anos como psicóloga dentro do Centro Regional de Referência em TEA, do TEACÓLE, né? Então, eu tenho especialidade em autismo. Então, eu ajudava muito eles nesse ponto. Com isso, os pais do TEA, a gente acabou criando um grande vínculo referente a isso. Então, a maior demanda foi quando chegou alguns pais falando "Mari, Mari, vão fechar o 6º ano." Quem falou e avisou os pais foi o próprio diretor, não foi chamado. E assim, foi numa conversa sem plenária, sem reunião, sem nada, foi em conversa de corredor, para vocês terem uma noção do tamanho descaso referente a isso. Primeiro ponto. Segundo. Eu trabalhei, gente, por muito tempo dentro da região 8 de Saúde e Bem-Estar. E aí eu vou em concordância com a Márcia referente à estrutura da SEDUC, obrigada. A SEDUC não se tem estrutura para as crianças com TEA, não se tem monitoria, sala de AEE se necessita e não é isso que está registrado em lei que necessita, eles só dão suporte na sala de AEE com o diagnóstico, com CRM. Não pode ser outros profissionais laudando. Isso não está de maneira alguma escrito na lei que garante a aula, a sala de recursos, tá? Porque não é isso que se repassa que a lei garante para essas crianças. E aí, com essa demanda que tu me trouxe, eu queria saber com que respaldo o secretário Pascoal ou a secretaria trouxe essa divisão do 6º ano nesse ponto. Como é que eles vão se estruturar? Ou simplesmente vão dizer assim, porque isso também não foi trazido para nós, referente a como a SMED vai se estruturar para ampliar a vaga para o 6º ano em diante, né? E como a, vai haver essa transição, como é que são, vão se realocar? Como se vai fazer o mapeamento das áreas, como mesmo foi dito, né? Porque lá no Aramis tem ali uma quadra e meia da ali uma escola estadual que volta e meia está em greve,

por sinal, né? E que a gente sabe que ela fica no meio de uma região extremamente conflituosa. Acho que fica melhor essa parte, né? A qual várias vezes quando eu largo a minha filha e passo por ali, elas estão de porta cerradas e não haverá aula hoje por motivos, né, da comunidade, do então, tipo assim, entende que isso não é só uma questão pedagógica e de vínculo, isso é uma questão que mexe com toda a estrutura de políticas públicas dentro do município, porque mexe com segurança, mexe com bem-estar, né, de todos nós. Entende? E aí a gente vai falar das nossas crianças neuroatípicas que precisam sim de cuidado, né? De um olhar mais atencioso, que realmente isso não é inclusão, ficar uma hora num pátio ou dentro de sala de aula, porque uma hora não tem uma lei que garanta essa criança, que garanta a escola a deixar a criança só uma hora ou diminuir a carga horária dela, né? Sendo que a escola não presta nenhum tipo de suporte a essa criança sem um CRM, assinado que ela tenha um diagnóstico, né? Ou que tenha alguma, isso no estado, tá? Acho que é importante falar. No estado isso, porque na prefeitura eu posso te dizer e garantir que não é bem assim, porque eu já vi eles atuando com maior intensidade, tá? E aí como é que vai ser garantido isso? Porque querendo ou não, gente, essas crianças estão trocando de escola, mas elas continuam sendo nossos cidadãos, né? Eles continuam sendo nossos munícipes, né? Que a gente precisa garantir isso de alguma forma ou de outra. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**: Eu queria falar que eu acho, acompanhando, eu tinha visto nas redes, nos núcleos de discussão, né, essa temática, né? Mas não cheguei a participar. Mas agora escutando, vi também em manchetes dentro do que está proposto no pacto federativo, dos livros de responsabilidade, hoje se tem uma falta de espaço físico. A Secretaria Municipal da Educação com a SEDUC, teriam tantas outras formas de fazer parceria, inclusive de cedências, porque o município tem território. A Lomba aqui não ficou contemplada nesta neste processo. Mas em escolas que o estado poderia, como antigamente quando houve a transição da saúde, quanto tempo a saúde ficou, funcionários do estado ficaram trabalhando articuladamente com o município, em postos de saúde, não aconteceu isso? Aconteceu por um longo período, foi de transição. Eu acho que, lamentavelmente, esse debate não foi feito mais profundamente com a rede para construir. Se tem hoje, cada vez mais a gente precisa, justamente, de mais recursos para a rede de educação, né? Hoje tem caído, eu trabalho na execução da assistência social. Esta semana estamos num processo de capacitação. Como está difícil a assistência social, principalmente com esse ramo de divergentes aí, TEA, que estão chegando, porque nos territórios, a educação não está dando conta, a saúde não tem os CAPS.

Cai tudo na nossa rede e a gente atende mal. A criança vai perdendo anos preciosos que deveriam ser trabalhados, e depois a gente não tem mais como reparar 1, 2 anos que não teve um atendimento na educação de qualidade e na saúde de qualidade. E a assistência, ela está em um sofrimento. Eu vou te dizer uma coisa, a rotatividade que nós estamos tendo de educadores sociais na cidade, nos serviços, é algo assustador. Aí o problema do vínculo já está na escola, está ruim, a família está com vínculos fragilizados, e o estigma daquela criança só se aprofunda. Só estamos falando de uma parcela de que deveriam ter uma atenção, que o estado. E a segunda, a gente sabe como famílias mais pobres se organizam para o deslocamento. Às vezes, os mais velhos levam os menores. Então a evasão, nós vamos, já temos um problema de evasão escolar muito sério. A Márcia apontou e a pesquisa do Marco Rolim mostra que o nosso sistema socioeducativo e prisional, acima do 6º ano, é quem passou do 6º ano, reduz drasticamente. A maior parte só chega até o 6º ano, 5º, 6º ano. E se eles, por um motivo qualquer, não tiver um aparo e abandonar, nós temos problema. Então, eu acho que essa discussão das duas secretarias do município e do Estado, aí eu acho que poderia se construir caminhos alternativos melhores do que este para aproveitar os espaços. De fato, diminuiu muito os alunos da rede estadual, vocês sabem. O municipal também, nós não chegamos à universalização da educação infantil ainda, que deveria ser, mas poderia haver uma solidariedade, uma condução de pontes com alternativas diferentes do que essa que eu escutei, que também não tenho os argumentos suficientes para poder problematizar mais, mas isso gostaria de deixar essa reflexão. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu acho que eu vou contemplar o que tu disse com um ponto assim. A gente pode falar na questão de precariedade usando um ponto assim também: de comunicação. Porque se tem serviços potentes, tá? Muito potentes, mas não se conversam entre eles. Isso é um grande prejuízo dentro da cidade de Porto Alegre, tá? Porque para eu ter uma informação, eu preciso ir até um determinado lugar para ter essa informação. Preciso ir até a Secretaria de Saúde ou até a Secretaria de Assistência para conseguir ter informações cabíveis, né? Ou tu tem hoje acesso a regionais ou alguma coisa para saber a quantidade de falta de vaga que se tem numa região, tu consegue acessar pelo teu dispositivo? Não se consegue. **Márcia Gil, Conselheira Tutelar:** Hoje, deixa eu só concluir uma coisa, posso concluir? Sobre o que tu falou. Hoje falta de vaga, a gente já, a comissão de educação, o MP e a SEDUC, as duas centrais de vaga, a gente já conseguiu fazer uma planilha. Tu sabe disso, Carol? Acho que sim. É uma planilha que a gente tem online. O MP, nós do CT e as

centrais de vagas já têm. A gente já, no momento assim, a gente já sabe o que é que foi, eu até eu trouxe aqui, foi a demanda de vaga e onde tem vaga. É, assim, o que foi, essa aqui é nossa, o que foi disponibilizado, o que foi designado, as negativas, isso a gente já conseguiu evoluir, porque antes, assim, o nós dizíamos que era uma, um número, nós do Conselho Tutelar, o Estado e o município diziam que era outro, e o MP se dizia que nunca sabia o que é que era, porque nós dizíamos uma coisa, as centrais de matrícula diziam outra, e é um dos motivos porque disseram que a Rio de Janeiro, por exemplo, aqui da Cidade Baixa fechou, dizia que não tinha demanda. E nós dizendo que tinha. Então, isso a gente já evoluiu nesse sentido. Mas é a demanda que se apresenta. Quando eu vou, por exemplo, na Santa Teresinha, eu, conselheira, eu vou lá, sento lá, começo a caminhar, eu vejo um monte de gente sem escola, que nunca chegou no Conselho Tutelar pedindo vaga ou nunca se, nunca se inscreveu numa lista online, né? Então, assim, existe diferença entre a demanda manifesta e, então, assim, quando o Frei fala, as escolas diminuíram muito o seu público, não faz como está na lei, nem o Estado, nem o município, que teria que fazer um chamamento público dessa população. A gente sabe que tem muita população fora da escola. Se a gente fosse fazer um, um recenseamento aí, a gente encontraria muita criança. A escola não é atrativa, a escola só foi para a rua, o aluno vai, já estão nos chamando o Conselho Tutelar: "O que é que eu faço? Chamo um policial para a criança e o adolescente." É um termo. Tá? Então é assim. Eu sou professora, gente, aposentada, eu adoro, para mim escola é tudo de bom. Professor é tudo de bom. Mas, assim, a escola tem que mudar. Então, só continuando aqui no nosso 6º ano e nosso 2º ano. Nesse momento, essa questão do 6º ano e do 1º ano, a luta é por cancelar esse ano a coisa, tá? A Defensoria Pública entrou com uma ação, a Doutora Paula entrou com uma ação para cancelar, porque não é possível uma coisa de ontem para hoje, e adiante, tá? Essa ação administrativa ir adiante. Então, a Doutora Paula, e o Ministério Público, a Doutora Luciana da PREDUC também entrou com ação. A Doutora Luciana, o juiz disse que administrativamente, a doutora Luciana entrou com os primeiros anos, tá? O juiz disse que administrativamente, o governador tinha a sua competência. Daí a doutora Luciana vai entrar em outra instância, pediu para o Conselho Tutelar qualificar as regiões. Então, a gente está qualificando a ação. E a doutora Paula entrou a questão dos 6º anos, com todos esses argumentos aqui que eu li, mais muitos outros que ontem a defesa dela foi bem interessante. Amanhã vai ter um ato público que vai sair do Palácio do Piratini e vai até o Paço Municipal, a população está se organizando. E, enfim, então, assim, nesse momento é trancar isso, porque

não tem sentido, nesse momento, isso acontecer como a colega psicóloga falou. Chegou nos diretores, os diretores falaram para os pais, nenhum de nós sabia. O Conselho Tutelar ficou sabendo também, assim como ela, por chegou nos nossos ouvidos. Então, nesse momento não tem como qualificar as famílias, como ver a transição, como ver escola, é tudo muito de paraquedas, vai só dificultar, não tem como trabalhar uma questão. E quando eu falo pedagógico, essas questões todas de territorialidade, de tudo, isso tudo é pedagógico. É esse grande olhar assim. Criança que não está, não se sente acolhida, não aprende. Criança que não consegue, não está bem, a família também não está confiando na escola, não está, não aprende. E por isso que eu cito, esses dias eu fui visitar o Odila Mére, a orientadora estava me falando: "Agora que aquela geração da pandemia, agora é que está chegando," agora é que a gente está chegando numa normalidade. Então, nós estamos agora começar a enfrentar outra coisa. Quando é que a gente vai ter um mínimo de tranquilidade para começar a trabalhar com essa criançada? Então, é isso que eu trago para os senhores e para as senhoras. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, tem uma discussão que eu entendo a urgência dessa discussão, ela é muito importante, né? Para não ser feita uma chamada transição de uma hora para outra. Transição supõe-se que tenha mais tempo, mais negociação, mais discussão aberta. Eu vejo que esse problema já vem de tempos. Eu me lembro lá na Restinga, em um momento faltou vaga nas escolas públicas, compraram vaga na escola Anamar. E foi indo, foi indo, de repente quando o governo achou que já tinha, que construíram lá na quinta unidade uma escola que eu não me lembro o nome, disseram: "Já tem, então não rematrícula os alunos para o outro ano." Então, os alunos que ficaram, e não foi no 1º ano e nem no 6º, uns estavam no 4º, outros no 5º, outros no 3º, e tchau, tem que voltar, tem que sair para as escolas. Isso é quando faltava vaga nas escolas públicas. Na Restinga falta muito. Não estou falando na Restinga, estou dizendo assim, em geral parece que sobra vagas, tem escolas que têm, vamos dizer, um número de matrículas inferior à capacidade da escola. Quer dizer, eu quero dizer que não importa se falte ou sobre, tem que ser uma coisa bem feita, não pode ser feito uma coisa assim de uma hora para outra no empurrão. Outra coisa também que eu acho que é interessante, é a questão do aproveitamento dos espaços, dos espaços públicos. Porque eu vi ali na Pereira Franco, que vai para o aeroporto, qual é aquela escola grande que fecharam lá? Já faz uns 3 anos. Uma do lado esquerdo de quem vai para o aeroporto lá. Bom, não importa, uma escola grande que tem lá, que foi fechada já faz tempo. Até houve uma tentativa de invasão, no fim o projeto aquele

Mirassol conseguiu ficar lá um tempo, e agora até retiraram eles lá da escola, pelo que eu soube. Então, isso tem um envolvimento na área social também. Se você diz, ó, tem um prédio aqui, outro prédio aqui, esse está sobrando, vamos trocar a vaga, vamos fechar uma turma daqui, o que é que vai ser feito com aquele prédio? É. O que é que vai ser feito? Vai ser mais um prédio abandonado esperando que alguém invada. Temos de cooperação, dá para fazer. Exato, exatamente. Então, eu acho que a gente tem que propugnar por uma discussão profunda desses assuntos, porque a sociedade está mudando, realmente vai reduzir número de matrículas futuras, mas a solução não pode ser muito simples, né? Por exemplo, tem transporte escolar para levar os alunos que estavam numa escola para outra? Então, eu acho que tem que começar com algumas coisas. Se você vai, supondo que fosse inevitável ter que, às vezes acontece escola que está deteriorada e tem que ser fechada por um tempo para reforma. Mas, assim, a primeira coisa seria obrigação da prefeitura providenciar transporte escolar. Então, eu acho que isso tudo tem que ser conversado numa reunião. Agora, se as coisas ficam fechadas dentro de gabinetes, não se resolve nada. A gente vê que primeiro dá o estouro, aí tem que fazer uma gritaria na rua, na imprensa, para que as coisas possam começar a ser discutidas. Eu quero dizer uma coisa que é uma coisa muito complicada, mas precisa ser dito, esse problema, a Pousada Garôa, muito tempo antes de acontecer o que aconteceu, já tinha sido feito várias colocações para a antiga FASC, que tinha problemas lá que tinham que ser resolvidos. Então, como é que se faz hoje em dia? Eu acho que nós temos que ter cabeças pensantes nas diversas áreas, que possam sentar juntos e pensar. Não é executores, executor é fácil, vai lá e fecha tal coisa, tira não sei quê. Ah, deixa tudo como está, a Garoa não importa. Quer dizer, não é nem deixar, nem tirar tudo. Tem que ter cabeças pensantes que façam planejamentos públicos, com um debate público também. E aí a prefeitura ou o governo do estado não nomear pessoas que realmente tenham essa capacidade de negociar dentro da sociedade. Eu acho que esse é uma questão fundamental, porque senão nós vamos cair numa coisa que a gente sempre cai. A gente reclama, reclama, reclama, reclama, reclama, ou não acontece nada ou acontece alguma coisa que precisa do empurrão. E se o empurrão for um pouquinho mais forte, a prefeitura vai lá e vai abrir um auto de infração contra a Carol, ela tem que pagar multa. Pagou, né, Carol? Ainda não, mas vai ser cobrada. A prefeitura, porque no Governo Marchezan ela foi autuada por incitar a desordem pública, algo assim, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Dois processos. **Luiz Alberto Mincarone, Associação**

Beneficente Amurt-Amurtel: Então, gente, nós não podemos viver num país ou num estado ou num município que essa seja a ordem das coisas. Nós temos que mudar. Eu sei que é difícil ser gestor público. O nosso amigo Ferronato está vindo para o lado de cá agora, então ele vai sentir na pele o que são os problemas, né? Mas tem que sentar, a cúpula da prefeitura tem que sentar e vamos nomear, vamos dividir áreas, vamos fazer. Se conseguir pegar uma ou duas pessoas de cada área principal das secretarias e botar a discutir com a sociedade pública, com a sociedade civil, quais são os problemas, qual é a discussão, isso é uma coisa fundamental. Ah, a gente tem uma conferência da assistência social, tem outra da educação, mas isso está parecendo que ficou uma coisa um pouco pró-forma para o governo. Para nós não, para nós a gente vai lá para debater mesmo, mas para o governo parece que fica um pouco pró-forma. Então, precisamos que venha ao contrário, que venha do gestor público querer saber o que é que a sociedade precisa, o que é que ela quer. Isso é o primeiro ponto da gestão, quem está numa OSC, numa organização, até numa empresa sabe que o importante é sentar e escutar os colaboradores, escutar quem está lá executando, quem está fazendo o seu trabalho. E o governo tem que escutar, que nós somos os que estão abaixo do governo. **Adriana Guedes, Secretaria Municipal de Educação – SMED**: Obrigada pelas considerações. Respondendo, é que algumas escolas, são essas escolas, elas vão estar mais adiante num processo de integralização, ou seja, escolas em tempo integral. Que é lindo e é maravilhoso, todos nós queremos, ficar tranquilamente, colocar a sua criança na escola de manhã, saber que ela vai estar lá, como algumas escolas já são, por exemplo, a Neuza Brizola, por exemplo, a Leopolda, algumas escolas da rede já são, que tu deixa de manhã, passa o dia e busca a criança no fim do dia, tranquilamente. Só que para isso o que é que acontece? São menos turmas. São menos alunos. Porque tu tem 10 ou 20 salas, só que são 10 ou 20 turmas. Tu não tem mais, se tu tem 20 salas, 20 salas de manhã e 20 salas à tarde, são 40 turmas. Se tu tem escola integral, são 20 turmas. As mesmas turmas manhã e tarde. Então, realmente, a maneira de ter sido feita é alvo de críticas, mas para as que para ser melhor, que é menos pior, né, começar em algum momento. Vai estar sendo discutido, está sendo pensado, está sendo conduzido todo um análise, todo um processo, nesse momento de conversa com o governo do Estado, com a Secretaria de Educação do Estado. Já temos, então, a Escola Paixão Cortes, né, que era uma outra escola do Estado, que foi repassada para a rede municipal. Já temos a Escola Leopolda, que também era do Estado e que foi passada para a gestão municipal. Outras escolas ao longo do tempo também serão passadas. E com isso, as nossas próprias escolas da

rede própria também serão integralizadas, irão passar a ser do tempo integral. Não significa que a gente vai conseguir fazer isso com todas as escolas. Mas muitas delas serão do tempo integral. Provavelmente essas já que se aponta, que essas que as turmas já estão sendo modificadas, né? Já se aponta que mais adiante será feito também. Eu só posso falar das escolas municipais. Aí as estaduais são com a Secretária Raquel. Mas as escolas municipais, então, existe essa perspectiva de serem integralizadas. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Como será feita essa transição? **Adriana Paz, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Será feita da melhor maneira possível, só que sempre com muita discussão, debate e tudo mais. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** E não poderia ser feito chamando os pais, conversando, marcando uma reunião? **Adriana Paz, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Aí eu já não tenho essa resposta. Se quiser, a gente pode até trazer em determinado momento o pessoal da diretoria pedagógica para fazer ou pedir uma nota específica para isso. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria fazer, eu lembro que quando nós discutíamos, a Secretária Cleci Jurasch, ela na época apontou que o estado havia por ano uma redução de 20.000 alunos e o município 2.000. Mas o que eu quero dizer é que a nossa rede, por isso que eu acho que deveria se fazer um pacto de chamar atores, como mais ou menos o Mincarone apontou. O jeito, o processo, ele poderia ser muito legal no sentido de, aqui na Zona Norte eu sei que tem o museu do hip-hop, que fizeram uma escola que fechou. Nós temos escolas, no município até as estruturas são bem melhores que as do estado, mas aproveitar o momento de reformar algumas e aí iniciar um processo de transição dentro da perspectiva da integralização, que pode ser bom. Foi a defesa do velho Brizola, sempre defendeu e muitos defendem de ter. E temos quantos alunos na rede municipal? Hoje nós temos as parcerias no programa de Educação Integral, mas é uma pequena parcela que é. Agora, o jeito, a forma, se envolver os atores todos, a gente pode achar uma equalização que gere menos, porque nós vamos só gerar muitos conflitos. Porque as pessoas não entenderam. A gente, o Conselho da Criança, vários conselhos poderiam ter participado, de ideias. Porque as estruturas que tem no município, que são do estado, poderiam estar a serviço do município, por cedência. Inclusive o estado também tem essa disposição de também fazer um tensionamento para qualificar os espaços. Tem muita escola muito descuidada, a gente passa na frente, vê, não é um lugar atrativo. E as escolas do município, a gente sabe que muitas estão muito apertadas. Eu sei do nosso

território, na Lomba, a dificuldade que é o esforço da escola São Pedro. Até nos procuraram pra ver se a gente tinha espaço para poder atender os alunos, porque está concomitantemente fazendo uma reforma na escola e o atendimento. Então, tem territórios que têm uma dificuldade muito grande e, ao mesmo tempo, a densidade populacional e o número de crianças em algum território também é bem maior. A natalidade diminuiu, nós vamos diminuir o número de alunos e seria o momento mais oportuno de qualificação da política, tanto da educação, para poder atender essas crianças com necessidades mais variadas, que precisariam de um atendimento especializado. Agora, o jeito, a forma, que para mim é o desafio mais importante. Quanto mais envolver gente, melhor vai sair o resultado e a satisfação dos pais, da comunidade escolar, do Conselho Tutelar que tem diagnósticos e que intervém. A gente vê, o João não está aí, a luta que é nós nos abrigos achar as vagas nas escolas para conseguir quando as crianças são, às vezes por motivo de força maior, tiradas do convívio comunitário por motivos graves. Para a gente conseguir nos territórios onde a gente tem os abrigos as vagas é uma peleia. Às vezes tem que se judicializar. A criança já está judicializada, tem que judicializar ainda a vaga na escola. Muito triste, porque aquela criança já tem, embora a doutora Sinara, que fiscaliza abrigos, ela tenha acentuado, para ter uma ideia do princípio, a doutora Sinara, numa visita que eu participei lá, ela exigiu que no dia seguinte ao acolhimento, dentro do possível, a não ser que tivesse algum motivo grave, a criança voltasse para a mesma sua escola para não perder os vínculos familiares e comunitários como direito sagrado do Estatuto. Vocês imaginem agora essa mudança que o Ministério Público cobra de nós, que é uma tarefa do próprio município manter as crianças acolhidas e nós estamos ainda no acolhimento aquele que é compartilhado, que o gestor é o gestor da Secretaria da Assistência Social. Essa cobrança que nós temos dentro de um equipamento que se preserve esses vínculos comunitários, mesmo que sejam os rompidos com a família, mas que não se tire, para evitar o impacto na criança. Agora, vocês imaginem nesse processo que nós estamos vivendo aí, quanta tensão e conflito vai se gerar e que no FUNCRIANÇA, que é a mais frágil nesse processo, que está numa condição peculiar de desenvolvimento, é que vai sofrer. Então, eu acho que pode ser a intenção muito boa, no sentido de buscar a integralização, o que a gente tem que qualificar é o jeito, a forma de fazer esse processo. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Dentro de todo esse contexto que a gente está discutindo, a minha preocupação é como vai ser essa transição para as crianças, que a gente está a praticamente 1 mês para terminar o ano letivo. E como é que está sendo a

preparação dessas crianças para que elas possam ir para outros locais? Além de toda a questão, a troca de colegas, troca de professores, toda uma vida nova. E também a questão até das equipes que compõem as escolas. A gente sabe que várias escolas têm problema de, assim como tem nas OSCs, a rotatividade de educadores, também tem a rotatividade de professores por falta de concurso público, por falta de funcionários efetivos. E também eu gostaria de saber, não sei se a Adriana tem como responder, nas questões das escolas municipais, que é a questão se já há psicólogos previstos, contratação de psicólogos, acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais nas escolas municipais. Porque, como prevê a legislação, já que está todo embasado em que a LDB tem as suas modificações, uma das modificações que traz é que no sistema de ensino tenha psicologia e tenha serviço social dentro das escolas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acredito assim, eu sou, por exemplo, oriunda, como eu digo, de uma escola lá no Morro da Cruz, que é a Judite, em que na época quando eu estudei lá, era até a 4ª série. E aí depois, quando eu fui para a 5ª série, eu fui transferida, praticamente, para o Paulo da Gama, que aí eu concluí lá o ensino fundamental e o médio, que era lá do outro lado. Então, eu penso, enquanto Carolina e penso enquanto conselho, de que, principalmente as periferias, que é o local mais pobre, a gente não deveria tirar a educação, não tirar uma escola, um ano, qualquer questão. A gente tem que ampliar e qualificar. Então, lá no Morro da Cruz, eu penso que lá está faltando, na verdade, o ensino médio. Lá na outra região em que só tem escolas de ensino fundamental e que o adolescente também, quando não vai mais estudar, ele não tem oportunidade de pegar um ônibus, e eu vejo muito na vila, a mãe, a criança, como é próximo à sua casa, vão até a pé. Vão a pé, vão de chinelinho de dedo, vão tranquilo. Agora, tem que pegar um ônibus, é roupa, é sapato, é passagem, é um deslocamento, é o risco maior. Então, tudo modifica. É muito complicado isso. E fora que a gente sempre diz que não é para separar os irmãos, o ECA, não é para separar os irmãos, é para ter escolas perto. E aí pensa numa família em que tem mais de um filho, que tem que largar uma criança num lado, a criança na outra escola e ainda depois se deslocar para o serviço. Eu acho que a palavra que o Mincarone falou maior ali é o ouvir, é o escutar. Se tu escuta a tua comunidade escolar, se tu escuta a tua comunidade em que tu está ali para trabalhar para, eu acho que não tem questões da comunidade fazer mobilização depois. Não tem por que a comunidade se mobilizar para reverter uma situação se tu escutou a comunidade. É simples, é muito simples. Isso é democracia. E eu acho que a gente, enquanto

conselho, eu coloquei ali no nosso grupo, na verdade, quanto conselho, eu coloquei ali para nós que nós temos uma audiência pública na Assembleia no dia 4/11. Nós não fomos convidados para ontem, pelo menos não vi o e-mail e não chegou para a secretaria, até já cobrei. Também recebemos no e-mail uma nota pública da Comissão de Educação do Conselho Tutelar e recebemos também no e-mail uma manifestação da Coras Leste, que enviou uma manifestação para nós também, tudo sobre o mesmo assunto para que a gente pudesse estar se manifestando. E aí eu acho que a gente tem que se ver, pessoal, o que a gente vai tirar enquanto conselho para a gente poder fazer alguma movimentação, além de política, também ver uma movimentação para a gente poder tencionar o Ministério Público, Defensoria. Eu acho que tudo é mais um a motivar, a pressionar. **Márcia Gil, Conselheira Tutelar:** É bem isso que a Carol falou, a gente fechar não, a gente tem que falar em abrir. Ontem um professor de história lá de uma escola da Micro 3 falou, foi emocionante a fala dele. Ele falou assim, as alunas, os alunos brilhantes dele do 9º ano, ele foi atrás para ver quem estava, estaria no ensino médio, ele achou 3 só. Então, o que acontece? Por que não tem ensino médio na região? Sabe? Então, ninguém quer dizer que tem que ser o município ou o estado. Vamos aproveitar prédio público, vamos. Por que não conversa? Porque a lei está dada, que tem que conversar, que tem que fazer. Por que a gente não consegue olhar as nossas crianças e adolescentes? E esse espaço aqui é o lugar de olhar a criança e o adolescente. É isso que eu quero dizer, de tirar um interlocutor e para conversar com essas, porque ontem me pareceu, estavam os dois na mesa, não estava o Pascoal, estava o vice e uma pessoa, não estava a Raquel, estava outra pessoa, que eu acho que era a vice. O que a gente viu é que eles nem se conheciam. Né? Então, essa passagem para mim foi meramente administrativa, a tal da conversa. Então, para mim aqui, eu me coloco como CMDCA. Eu estou aqui numa cadeira, mesmo eu sendo da OSC, eu me coloco como CMDCA. Para mim, a nossa obrigação enquanto CMDCA é verificar como é que é esse processo. Que é isso? Estão brincando com, só no município, 6º ano, são 840 sujeitos, vidas. Só esses 6º anos. Então, nesse sentido de tomar tento nesse processo, que amanhã tem ato público. Claro que o gestor público, quando tem ato público, todos os vereadores todos, inclusive da base, todos. Acho que tudo isso vai ser revertido, mas outras coisas vão acontecer no susto sempre. A gente sempre está trabalhando no susto. E nada acontece. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que mais que no susto, é de cima para baixo. Eu acho assim, para a gente poder encaminhar,

vamos organizar um documento e a gente organiza, depois tu me manda os dados, que eu acho que é interessante a gente colocar, para a gente poder encaminhar para a Defensoria, para o Ministério Público e eu acho que encaminhar também para a SMED, a gente pode encaminhar o mesmo. E aí a gente organizar esse documento o quanto antes. Porque isso é mais uma das competências do conselho, né gente, é garantir. É a nossa placa número 1 quase. Então, eu acho que é bem isso. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** No documento, a gente vai fazer alguma articulação para talvez pedir para a SMED conversar e alinhar ou articular também entre o Conselho Municipal da Educação e a SMED, alguma coisa assim, para a gente saber mais informações? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que isso e também eu acho que, como sugestão, é sugerir que eles possam ouvir as comunidades antes de tomar decisões, ouvir as comunidades. Porque se eles fizessem uma reunião em qualquer escola, já teriam uma noção do que é. Qualquer uma das escolas. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Até para tomar essa decisão. A gente também não sabe, não pode julgar, tem que saber como é que foi tomada essa decisão. Mas, com certeza, dentro do Aramis, que é o que eu posso tomar, não foi lá e foi escolhida a dedo sobre isso, sabe? Porque se ouvissem o diretor mesmo, que sabe como é que é a potência, como é a demanda dali, não iam ter escolhido o Aramis, por exemplo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Da mesma forma, por exemplo, o que eu falo, ouvir, né? A comissão de, o CME, vai abrir agora uma consulta pública sobre escolas bilíngues. Eu vou até colocar para vocês ali. Então, é uma forma de consulta pública. É uma forma de perguntar para o outro o que tu acha, o que não acha. OK. Está sendo feita alguma coisa. Agora é diferente não perguntar nada. Ou eu também não sei qual foi o fluxo real, né? **Adriana Guedes, Secretaria Municipal de Educação – SMED**: Já existem as escolas bilíngues já? Né? E escola bilíngue existe tipo o mercadinho do seu Zé e o mercadinho do gringo, ou o hipermercado da Adriana, que é igual ao mercadinho do Zé, o mercadinho do gringo, só que eu gosto de hipermercado, porque eu fui na numeróloga e botei hipermercado com y. E h no final do mercado, em vez do início. [Risos]. E aí foi isso que me disseram. Mas é isso, ficou mais bonito. Mas é exatamente para organizar e fazer isso e não existe ainda uma normativa do Conselho Nacional de Educação sobre bilinguismo. Existem normativas do Conselho Estadual. **Carolina Aguirre**

da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Então, é uma forma de organizar dentro de Porto Alegre. **Adriana Paz, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Isso, que não é para todo mundo dizer que é bilíngue sem ser. Mas já existem. É isso que a gente precisa. É uma consulta pública, está aberta até 18 de novembro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Isso, depois eu boto ali para vocês. Eu queria só para a gente poder fechar esse tema aqui, duas pessoas que a gente pudesse estar construindo o documento, gente. É complicado, muita coisa para que eu construa. Mariana, tu que está com o chimarrão na frente, foi escolhida. Tu pode ir junto comigo fazer o texto para o Ministério Público, Defensoria e SMED? Tá? A gente pega os embasamentos. Foi escolhida por unanimidade. Então tá, OK. Comissões ou mais algum assunto? Então tá. Comissões. Políticas?

- **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: Na política, analisamos processos, fizemos reunião com uma OSC, a Líder, e estamos organizando o projeto ajustado para concluir o processo e enviar para a Comissão de Finanças. E reunião, então, em conjunto com a OSC IA. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só uma questão antes sobre a inteligência artificial. Sobre a instituição de inteligência artificial, então nós fizemos a reunião, colocamos a decisão que nós tínhamos tirado da plenária passada, que este projeto específico que eles fizeram não estava em acordo com o plano do CMDCA, tá? E a gente colocou de que a instituição pode apresentar outros projetos adequando a questão da rede de proteção, não sobrepondo recursos e tendo o olhar mais voltado, principalmente no projeto, para crianças e adolescentes, que é nosso público real, né? Porto Alegre, criança e adolescente. E aí então eu acho que depois a Comissão de Políticas só faz o despacho, né? E aí, indeferindo na verdade este projeto. Tá? Eu acho que só para a gente constar bem direitinho, vamos colocar em votação quem é favorável ao ***indeferimento*** deste projeto, para a gente fazer uma resolução para ter colocado dentro do projeto. Quem é favorável, levanta a mão. Tá OK, pode baixar. Alguém é contra? Alguma abstenção? Uma abstenção, então. **APROVADO COM 01 ABSTENÇÃO**. **Natália Cristina de Souza Pires, Associação Cristã de Moços do RS – ACM:** Só sobre aquela orientação sobre a aquisição dos ares-condicionados do Conselho Tutelar, eu conversei com as gurias,

mas elas não avaliaram ainda. E como veio para nós e para finanças, vou aguardar elas verem para a gente ver e fazer um despacho em conjunto, para as duas comissões. Tá? Só para deixar registrado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** OK. Finanças?

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários: Tem o processo que é o número 25.0.000092602-0 da **PEQUENA CASA DA CRIANÇA**, projeto Atendimento Qualificado para Crianças e Adolescentes. Então a OSC encaminhou um ofício, que é o documento 32267279, solicitando a transferência de valores de 12.816 reais, valores desvinculados, do projeto Manutenção do Programa do projeto da Pequena Casa, aprovado na Resolução 42/2023, com vencimento no dia 30 de maio de 2025, para o projeto Atendimento Qualificado para Crianças e Adolescentes, Certificado de Captação 15/2025. Então, em análise ao solicitado, a comissão de ***parecer favorável*** à transferência do recurso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Entenderam, gente? Em votação, então, quem é favorável, por favor levantar a mão. Em votação, levantar a mão. OK, **APROVADO COM 01 ABSTENÇÃO**. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** O processo 24.0.0000127717-7, **INSTITUTO CALDEIRA** para recadastramento. Eles encaminharam a documentação lá dentro do prazo, bonitinho, mas um dos comprovantes de residência estava em nome de uma outra pessoa que não o representante legal. A gente pediu a correção e eles encaminharam, o tempo discorrido aí foi meio... Ficou perdido ali na caixa mesmo. Então, o parecer da comissão é ***favorável*** ao recadastramento e à emissão do atestado de funcionamento para o serviço de pró-rede que eles têm. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Outro, a **ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA JOVEM DO RIO GRANDE DO SUL**. Eles querem reativar a atualização do atestado de funcionamento e do pró-rede, né? Então eles pediram ali o recadastramento e preferiram enviar todos os documentos para a reativação. Então a comissão tem parecer ***favorável***. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** OK. Em votação, gente. Quem é favorável a esses pareceres? **APROVADO** então. Qual é o outro? **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É SEI 23.0.000018153-6, da **FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL**, projeto Educar para Melhor Viver, do Funcriança, monitoramento e avaliação. **Carolina**

Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Monitoramento, esse? **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** OK. Em votação. Quem é favorável ao parecer? OK, **APROVADO** também. Só? **Francyne da Rosa, CEMME:** Iniciamos a ideia do edital do projeto técnico. Hoje pela manhã, para a gente desenhar assim, de que forma que a gente vai conduzir. Também tivemos uma reunião com a OSC AJ. Renner, da Educação Infantil, Vitória, e agendamos visitas para a semana que vem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu estou com algumas instituições que estão me pedindo o atestado. Uma é a Cantinho dos Piás. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que falta documentação, a gente manda o e-mail e as pessoas têm que entregar. É que essa aí a gente vai fazer uma visita, eles só podem na quinta. E daí, tipo, nós trabalhamos na quarta, a gente tem que reorganizar uma visita para a semana que vem. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Outra é a Joana D'Arc do Morro Alto. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu estou com esse processo aberto. Eu estou analisando. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que teve gente que passou do prazo, né, daí mandaram um monte. E a gente tem os monitoramentos. A Chacrinha já veio. É aquela que tu estava mandando ali, que ele não sabia preencher, ele tem que marcar uma visita com ele. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Ainda na Comissão de Registros, é uma visita extraordinária, que é fora do nosso dia, né? O Guilherme aqui arrumou um carro da Governança, para a gente ir lá nessa organização, a gente vai fazer a visita essa semana, junto com a Neiva. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**: Só um aviso que tem a mostra do trabalho educativo, a Rose está lembrando aqui, para quem puder participar, prestigiar. É sexta-feira, nos Imperadores. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É isso, gente? É isso? Um beijo, obrigada. Até a próxima plenária.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.